



ESCÂNDALO DO INSS

Governo ganha tempo para enfrentar CPMI

Alcolumbre e Motta vão com Lula à Rússia e à China. Assim, Planalto tem possibilidade de se articular contra investigação parlamentar

» DENISE ROTHENBURG

Mantido o calendário do Congresso para as próximas semanas, o governo terá tempo até que a oposição consiga colocar de pé uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar os descontos irregulares em aposentadorias e pensões pagas pelo INSS. É que não há previsão de sessão deliberativa conjunta das duas Casas legislativas nos próximos dias, o que é fundamental para que haja a leitura do pedido a ser apresentado pelos opositores ainda hoje, uma vez que o documento já consta com o número regimental de assinaturas. A avaliação é de que o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), dará tempo para que governo se organize, inclusive no atendimento às demandas da base aliada, no sentido de se equipar contra a eventual CPMI.

Com a faca da comissão de inquérito em mãos, Alcolumbre ganha ainda mais força ante o Palácio do Planalto para exigir a aprovação da pesquisa para prospecção de petróleo na Margem Equatorial, cobrança que reforçou ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva na viagem a Roma para o funeral do papa Francisco. Além disso, o senador quer levar adiante a remoção de Alexandre Silveira (PSD-MG) — indicação do ex-presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) — do Ministério das Minas e Energia. Com o União Brasil na Presidência da Casa, interlocutores de Alcolumbre afirmam que ele cobrará do governo o espaço proporcional ao que o partido ocupa no Congresso.

Lula, por ora, não deu sinais de que pretenda mexer na pasta para evitar a CPMI do INSS.

Isso porque está convicto de que agiu cirurgicamente para evitar que a crise evoluísse: substituiu Alessandro Stefanutto por Gilberto Waller Júnior (especialista em combate à corrupção e lavagem de dinheiro) no comando da autarquia e sacou Carlos Lupi do posto mais alto no Ministério da Previdência para entregá-lo a Wolney Queiroz — que recebeu a determinação expressa de limpar a área.

Por sinal, o novo ministro da Previdência passou o fim de semana em reuniões com Waller e, hoje, tem encontro com o ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Vinicius Carvalho. A prioridade do presidente é que se conclua, o mais rapidamente possível, o plano de devolução dos recursos aos aposentados e pensionistas lesados pela quadrilha dos descontos indevidos.

Esta, aliás, é considerada no Planalto a melhor forma de resgatar a imagem do governo. Com ressarcimento, a ideia é consolidar o discurso de que a instalação da CPMI não passa de briga política, pois os suspeitos foram afastados do governo e os beneficiários, ressarcidas.

Só que, até aqui, as trocas de nomes não amenizaram o desgaste. A oposição segue pressionando pela abertura de uma investigação no Parlamento e a senadora Damarens Alves (Republicanos-DF) recorreu à Justiça na tentativa de evitar a posse de Wolney na Previdência. Na petição, ela lembra que o hoje ministro era o secretário-executivo da pasta e presidiu a reunião em que houve a apresentação de um relatório sobre os desvios. O que se diz no ministério, porém, é que embora fossem do mesmo partido, Lupi escanteou o atual ministro das decisões.

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



Alcolumbre e Motta passam os próximos dias ao lado de Lula. Senador quer ser aquinhoado para trabalhar contra a instalação da CPMI

Derrota no Congresso

Instalada em abril de 2021, a CPI da Covid investigou as ações do governo Bolsonaro na pandemia. Levantou, por exemplo, atrasos na compra de vacinas; promoção de medicamentos ineficazes contra o novo coronavírus; colapso do sistema de saúde em Manaus; existência de um gabinete paralelo que influenciava as decisões do governo sobre a pandemia; irregularidades em contratos para compra de vacinas; e disseminação de notícias falsas. O relatório final indiciou várias pessoas — entre elas o ex-presidente Jair Bolsonaro — por crimes como charlatanismo, falsificação de documentos e crimes contra a humanidade.

Preparação da tropa

Sem sessões do Congresso nesta semana — e a viagem de Lula com Alcolumbre e o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), à Rússia e à China, entre os dias 8 e 13 —, o governo terá tempo para se preparar antes que seja obrigado a indicar nomes para uma comissão de inquérito. Porém, a avaliação é de que pode acontecer algo semelhante à **CPI da Covid** no

governo Bolsonaro. Em 2021, o ex-presidente e sua base acharam que controlariam a investigação, mas não conseguiram.

Assim, novamente a oposição pode estar perto de um tiro no pé. Isso porque governo tem todos os instrumentos de investigação — como CGU e Polícia Federal (PF) — e pesam contra a gestão Bolsonaro os primeiros registros de descontos sem autorização para irrigar associações de aposentados.

Relatório lista irregularidades

» FABIO GRECCHI

De acordo com o *Relatório de apuração das denúncias relativas a descontos associativos na folha de pagamento do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) — Exercício 2024*, um rol de irregularidades foram encontradas pelos auditores entre janeiro de 2023 e maio do ano passado no esquema de descontos irregulares de aposentados e pensionistas. Calcula-se que as deduções ilegais atingiram cerca de R\$ 45,5 milhões no período analisado. As fraudes começam na falta da comprovação de que o seguro autorizou o desconto. Segundo a auditoria, 54,56% das amostras de “requerimentos de exclusão de mensalidade associativa” não tinham documentação que comprovasse a filiação e o consentimento da pessoa. Isso não foi comprovado em 329 dos 603 casos das amostras analisadas. Entre 513 mil e 616 mil exclusões, de mais de 1 milhão, têm indícios de irregularidades pela ausência da permissão de dedução.

A auditoria também constatou a utilização de assinaturas eletrônicas sem garantia de integridade ou titularidade. A documentação apresentada pelas entidades que propunham o desconto não deixava clara a intenção do

beneficiário em ser descontado. Isso só foi adiante porque a Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão (Dirben) do INSS alegou limitações para a verificação da autenticidade das assinaturas eletrônicas.

Ainda segundo o relatório, houve o desbloqueio em lote de benefícios sem autorização. A pedido da Contag, o INSS validou um lote de 34.487 benefícios, em 1 de novembro de 2023, o que permitiu o desconto da mensalidade associativa.

Também deixaram de ser avaliados riscos de parcerias com entidades cujos convênios tinham sido rescindidos. É o caso dos Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) formalizados com a Associação Brasileira de Aposentados e Pensionistas do Instituto Nacional da Seguridade Social/ABRAPPS e a Associação dos Aposentados e Pensionistas Nacional/AAPEN. Antes, chamavam-se, respectivamente, ANAPPS e ABSP, e tiveram acordos rescindidos devido a irregularidades. Essas mesmas entidades não comprovaram ter sanado as inconsistências que causaram a suspensão dos ACTs antes de mudarem de nome.

Outra falha: falta de fiscalização nas entidades conveniadas. Embora a Dirben alegue

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Documento de controle do ministério detectou um rol de ilícitos e omissões

insuficiência de servidores, houve novos acordos em 2022. Mas o modelo de fiscalização dos ACTs era sabidamente problemático. A Diretoria de Benefícios constatou dificuldades para certificar a autenticidade dos documentos enviados pelas entidades que congregam beneficiários.

O próprio INSS amarga prejuízos com o não ressarcimento dos custos operacionais. A autarquia não foi compensada integralmente por celebração de ACTs (veja o quadro ao lado).

As fraudes avançaram devido, ainda, à não observância

do aumento de pedidos de exclusão. A Dirben ignorou os avisos emitidos pelo serviço “Excluir Mensalidade de Associação ou Sindicato no Benefício” (código 3854). Além disso, as demandas relativas aos serviços de exclusão de cobrança e de “Bloqueio e Desbloqueio de Mensalidade Associativa ou Sindicato” (código 16315) representaram 16,6% do total de requerimentos tratados na fila da Central de Análise de Benefícios e Cadastro de Manutenção (Ceab-Man), entre janeiro-2023 e maio-2024.

Prejuízo até no fechamento de acordos

» No período de janeiro 2023-maio 2024, o INSS não foi ressarcido integralmente pelos custos operacionais dos Acordos de Cooperação Técnica para os descontos associativos. É o que aponta o *Relatório de apuração das denúncias relativas a descontos associativos na folha de pagamento do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) — Exercício 2024*. Pelo art. 154 do Decreto 3.048/99, a autarquia deve ser compensada mensalmente com descontos nos repasses às entidades conveniadas. Porém, a auditoria constatou que o valor retido pelo INSS pela operacionalização dos ACTs não garante a cobertura dos custos — que incluem as seguintes despesas:

» Custo das tarefas relacionadas ao serviço “Excluir Mensalidade de Associação ou Sindicato no Benefício” (código 3854), tanto pela remuneração dos servidores que as processam, quanto pela inclusão no sistema da Dataprev. Estima-se R\$ 13.530.981,65 em remuneração de servidores e de R\$ 112.506,10, pelo processamento da Dataprev.

» Custo das tarefas

relacionadas pelo serviço “Bloqueio e Desbloqueio de Mensalidade Associativa ou Sindicato” (código 16315) para processamento pela Dataprev. Calcula-se um dispêndio de R\$ 71.918,60 para este serviço.

» Custos de outras demandas abertas junto à Dataprev relacionadas à operacionalização dos ACTs. Os gastos para tais execuções estão estimados em R\$ 1.162.043,9612.

» Custos com visitas técnicas para fiscalização das entidades (diárias, passagens e adicional deslocamento de servidores). Tais gastos estão orçados em R\$ 25.672,15 por cabeça.

» O total estimado dos custos pelo fechamento de ACTs foi de R\$ 14.903.122,46, de janeiro-2023 a maio-2024. Porém, o total retido pelo INSS do repasse mensal às entidades foi de R\$ 8.981.654,92 no período. Essa diferença de R\$ 5.921.467,54 representa que o INSS não foi ressarcido integralmente.

» Essa diferença ainda pode ser maior. Não estão contabilizados outros custos devido à falta de informações detalhadas. (FG)